



Ata da 03ª (Terceira) Sessão extraordinária do 2º (segundo) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 13 de fevereiro de 2023, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador Paulo Sérgio de Toledo Costa. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, Estevão Silva Machado, João Bechara Netto, José de Oliveira Lima, Lenildo Henriques, Lucimar Alves Soares, e Renildo Nascimento Peçanha.** A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Ofício Externo Nº 17/2023. Ementa:** Ofício GAP-PMI nº 028/2023 - Convocação para realização de Sessão Extraordinária em 13/02/2023 (segunda-feira) para apreciação do Projeto de Lei nº 006/2023. **Autoria: Poder Executivo Municipal; Ofício Externo Nº 19/2023. Ementa:** Instituto Vida Salus - Assunto: Esclarecimento do Plano de trabalho exercício 2023 Hospital Materno Infantil Menino Jesus. **Autoria: Lysabdro Sondoal Filho- Instituto Vida Salus; Projeto de Lei Nº 6/2023. Ementa:** Dispõe sobre repasse de recursos públicos ao Instituto de Desenvolvimento Social, Pesquisa e Gestão em Saúde - Instituto Vida Salus, a título de subvenção social, para gestão do Hospital Materno Infantil, Menino Jesus nos termos em que especifica. **Autoria: Poder Executivo Municipal.** Como pedido no material, o projeto entrou em discussão de urgência especial. **Vereador José de Oliveira Lima:** Cumprimentou a todos. Disse ser um projeto extenso e que requer uma discussão mais ampla, porém, por ser tratar de saúde, não pode demorar muito. Justificou o voto contrário a urgência afirmando que houve tempo e ainda existe tempo para chamada pública. Alegou não ter nada contra o instituto, no entanto, não ouviram do Conselho nenhuma conversa positiva neste sentido, por isso, sente que o projeto deveria ter uma discussão mais aprofundada. Dessa forma, declarou voto negativo a urgência especial do projeto. **Vereador Renildo do Nascimento Peçanha:** Cumprimentou a todos. Relatou que o projeto veio com urgência especial, se tratando de utilidade pública e que é uma necessidade da população, afirmou que não poderiam deixar o Hospital na situação que a Santa Casa deixou. Disse que a nova empresa que assumiu o compromisso com o Hospital precisaria do projeto aprovado para conseguir receber e realizar o pagamento dos funcionários, que estão 03 (três) meses sem receber da Santa Casa, falou que foi uma falta de responsabilidade, gestão e carinho pela população e pelos servidores do Hospital. Comentou que como vereadores, são responsáveis para aprovação do projeto e que não podem ser coniventes com a situação. Lembrou que no ano anterior foi contra o repasse, pois, a empresa não prestou conta do que foi gasto no ano de 2021, sendo \$15.000.000,00 (quinze milhões) só na Maternidade e no Pronto Socorro e mais \$3.000.000,00 (três milhões) de aditivos sem nenhuma satisfação da Câmara, comentou que mesmo assim o projeto tinha sido aprovado por outros vereadores e que ele daria oportunidade a nova empresa, que não tem nenhuma conta para presta. Declarou apoio a aprovação da urgência projeto. **Vereador João Bechara Neto:** Cumprimentou a todos. Afirmou que é relevante a aprovação da urgência especial do projeto, tendo em conta a situação que vivem os funcionários do Hospital Menino Jesus. Comentou que antes de votar com a razão, teve que ter coração e ser humano em saber que os funcionários estariam dependendo de ajuda de cesta básica para se alimentar, disse que a Santa Casa deixou o Hospital em condições precárias e quando há 04 (quatro) anos atrás, a





empresa entrou para administrar o hospital, ele questionou e disse que a Santa Casa seria uma Instituição falida e que não tinha capacidade de fazer a gestão daquele Hospital. Alegou que mesmo assim, tiraram o Evangélico, antiga empresa, por política e colocaram a Santa Casa. Informou que se fizerem uma auditoria interna nos convênios da empresa, desde quando entrou no município, confirmaria que a Santa Casa deve este município por não ter cumprido o plano operativo que eles mesmo propuseram. Pegou a fala do vereador Renildo, referente a empresa Vida Salus, por ser a primeira vez fazendo a gestão do hospital, sendo que a empresa já atuava na UTI e Hemodiálise e como não tem conta para prestar, declarou um voto de confiança. Discordou da fala do vereador Zé Lima, sobre ter tempo para analisar o projeto, e informou que não há tempo. Comentou que é fácil falar que teria tempo para analisar o projeto com a geladeira cheia, mas os funcionários estão sem receber e com os direitos trabalhistas preso. Disse que o município precisaria se programar para fazer uma chamada pública ou uma licitação, seria algo a ser feito mais à frente, mas no momento seria uma urgência especial, declarou voto favorável. **Vereador Estevão Silva Machado:** Cumprimentou a todos. Disse ser a favor da urgência especial, em respeito a opinião do nobre vereador Zé Lima, comentou que já foi aprovado pelos vereadores várias urgências especiais por coisas muito mais simples e o projeto referido é de urgência, visto a situação que o Hospital se encontra. Informou que a empresa Vida Salus é nova e esperam que a situação tenha uma melhora, pois se não houver, os vereadores cobrariam. Declarou voto favorável a urgência especial do projeto. **Vereador Erasto da Costa Rocha:** Cumprimentou a todos. Disse que em uma data no ano passado tiveram o mesmo problema em votar pra Santa Casa, informou que não votou para dar errado e sim para dar certo, mas as coisas mudaram e não foi como esperavam. Comentou que reunidos no Hospital Menino Jesus, disse ter gostado da proposta da empresa e espera a melhora. Declarou voto favorável. **Vereador Alcione de Amorim Gomes:** Cumprimentou a todos. Alegou que ainda estava de atestado e não estaria presente na sessão, mas quando soube da urgência do projeto, não pensou duas vezes. Comentou que com o acidente que sofreu usou os recursos médicos que o município disponibiliza e conseguiu ver o sofrimento que os funcionários estão passando a 03 (três) meses sem receber. Alegou que alguns funcionários o procuram para pedir ajuda com cesta básica e até mesmo ajudar arrumando serviço na roça. Declarou voto favorável de confiança por essas pessoas e pelo município de Itapemirim. Disse que a Santa Casa deveria pagar pelos serviços não prestados. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Cumprimentou a todos. Disse que o projeto é interessante e que em momento nenhum a casa foi contra algum projeto em questão de saúde, alegou que as vezes existem diferenças de ideias e formas de pensamentos, mas que sempre foi tudo respeitoso. Informou que na tarde da presente sessão não iria ser contra o projeto de repasse, mas em questão da urgência especial declarou voto desfavorável. Comentou que ficou feliz em ver alguns vereadores se preocupando com pagamento dos funcionários, disse que também se preocupa. Fez um questionamento sobre o repasse ser feito para realizar o pagamento somente de quem estaria trabalhando ou também daqueles que foram mandados embora. Comentou em cima da fala do vereador Zé Lima concordando que deveria ter feito uma chamada pública, citou que o vereador João Bechara discordou dessa ideia dizendo que mais para frente poderia ser feito. Mencionou que além dos funcionários do hospital, o pessoal que trabalha nessa empresa de porteiros estaria





sem receber também, relatou que recebeu foto dos armários e geladeiras vazias. Pediu aos amigos vereadores para recorrer ao prefeito sobre este problema. **Vereador Lucimar Alves Soares:** Cumprimentou a todos. Disse que alguns dias atrás tinha os mesmos pensamentos dos vereadores Antônio Carlos e Zé Lima, mas depois de ter encontrado um Enfermeiro do Hospital, que também vendia salgados, soube que o rapaz não tinha dinheiro para comprar os ingredientes para fazer os salgados. Lembrou que no ano passado votou para o repasse da Santa Casa, que estavam passando pela mesma situação e que se naquela época fosse contra talvez os funcionários estariam desempregados. Declarou seu apoio à urgência especial. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Disse que as urgências propostas é uma tramitação regimental da casa, que existem projetos de extrema urgência e que sempre vai chegar projetos dessa natureza. Comentou que os projetos chegam na casa, mas não certinho para que sejam aprovadas as urgências. Falou que eles iriam continuar fazendo desta forma, deixar o povo passar fome para colocar de frente com os vereadores e forçar urgência de projeto. Disse que todos são seres humanos e não iria deixar a culpa cair sobre a Casa, pois não foram responsáveis pelo povo que estão passando fome lá fora. Relatou que quando não conseguem resolver algum problema por falta de gestão administrativa sempre cai na mão dos vereadores, que sempre resolvem da forma mais humana e sensata. Comentou que o projeto não estaria perfeito e tem coisas para acertar, informou que gostaria de realizar esses acertos na tarde da presente sessão. Falou que comentou com alguns colegas sobre o impacto financeiro, que fala um valor e o plano de trabalho diz outro, o projeto diz que o pagamento seria em cima do plano de trabalho, mas isso não iria impedir que o projeto seja tramitado dentro de casa. Alegou que não podem permitir que cheguem a essas condições para forçar os vereadores a serem submetidos a essa situação, comentou que são abordados em suas casas de noite, final de semana ou de madrugada com servidores contratados falando que está passando necessidade, mencionou que foi obrigado a falar com a pessoa que se ela que está trabalhando estaria passando necessidade, imagina aqueles que estão desempregados por falta de gestão do município. Disse que entendem a posição daqueles vereadores que são contra a urgência do projeto, mas são a favor do projeto. Alegou que é uma covardia que estão fazendo com os servidores município. Finalizando sua fala, respondeu a dúvida que o vereador Antônio Carlos expôs, e alegou que o convênio não iria pagar o salário daqueles que foram demitidos e sim daqueles que estão trabalhando de janeiro em diante. A urgência especial do projeto entrou em votação única tendo sido aprovado. Em seguida, a sessão foi paralisada para espera dos pareceres jurídicos e das Comissões. Após iniciou **Ordem do Dia: Projeto de Lei Nº 6/2023. Ementa:** Dispõe sobre repasse de recursos públicos ao Instituto de Desenvolvimento Social, Pesquisa e Gestão em Saúde - Instituto Vida Salus, a título de subvenção social, para gestão do Hospital Materno Infantil, Menino Jesus nos termos em que especifica. **Autoria: Poder Executivo Municipal.** Dada publicidade na presente sessão no dia 13 de fevereiro de 2023, após foi encaminhada para pareceres jurídicos e das Comissões Colejur e Cofinor que emitiram pareceres favoráveis. Antes do projeto entrar em discussão, o projeto passou para análises de alguns vereadores para apresentação as emendas. **Vereador João Bechara Neto:** Apresentou algumas propostas de emendas ao projeto no sentido de terem como parceiros na fiscalização o Conselho Municipal de Saúde, que foi atropelado pelo





Executivo Municipal por alguns anos. Disse que é importante que o Conselho Municipal de Saúde faça parte da fiscalização do convênio e mencionou que dentro do Art. 1º no parágrafo único, onde diz sobre prestar contas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo Municipal na forma da lei, deveria ser uma emenda modificativa aditiva, incluindo também, a prestação de contas ao Conselho Municipal de Saúde. Sugeriu uma outra emenda no Art. 2º parágrafo segundo, diz que a Instituição destinatária deverá apresentar igual prestação de contas ao Poder Executivo e Legislativo Municipal mensalmente, comentou que poderia acrescentar o dever de prestar contas ao Conselho Municipal de Saúde. Por fim, expôs que no Art. 3º, onde diz que fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Instituição que se dará estritamente de acordo com o plano operativo anual proposto, existe um parágrafo único que a emenda seria modificativa e transformaria em um parágrafo primeiro, diria que o convênio celebrado deveria ser encaminhado ao Poder Legislativo e ao Conselho Municipal de Saúde e planeou que parágrafo segundo teria a seguinte redação, o convênio celebrado poderá ser interrompido a qualquer tempo conforme os interesses da administração pública com aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias. Falou que se tiver que repetir e votar individualmente para cada emenda que propôs ficaria a critério do presidente. **Vereador Renildo Nascimento Peçanha:** Lembrou o vereador João que na reunião foi feita uma proposta de montar uma Comissão, onde seria o legislativo, executivo, o pessoal do Hospital e do Conselho Municipal de Saúde. Frisou que a primeira emenda proposta pelo vereador não seria necessária se realmente houvesse a Comissão. **Vereador João Bechara Neto:** Disse que iria manter as emendas e explicou que se as emendas não entrarem no projeto as prestações de contas não iriam chegar no Conselho, como não chegou nos convênios da Santa Casa. Informou que precisam que ao mesmo tempo que as prestações de contas cheguem para Câmara, cheguem ao Conselho também, pois ele é um órgão de fiscalização. Referiu se a Comissão que o vereador Renildo citou e comentou que seria feito por portaria uma comissão de fiscalização e avaliação de plano de trabalho apresentado pelo Instituto, ressaltou que é importante que o Conselho também receba no mesmo tempo que a Câmara a prestação de contas. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Disse ter entendido as emendas do vereador João e lembrou que foi proposto a Comissão que o vereador Renildo tinha citado. Relatou que como a Comissão seria realizada através de portaria, por decreto do Poder Executivo Municipal, não seria garantido que iria citar os entes citados para compor essa portaria de fiscalização. Por fim, comentou que como a Casa tem a prerrogativa de fiscalizar, inserindo ou não o membro do Legislativo, assumiriam esse papel por hierarquia do poder. As emendas propostas entraram em discussão única. **Vereador João Bechara Neto:** Comunicou que gostaria de contar com o apoio dos colegas com as emendas e informou que o objetivo é amarrar o máximo a questão da fiscalização. Mencionou que o Conselho já esteve presente na Casa e pediu um socorro e uma parceria para ajudar a fiscalizar e com base no pedido e no projeto, visualizou uma oportunidade de os vereadores realizarem um trabalho de parceria com o Conselho. Ressaltou a importância de uma das emendas proposta sobre poder interromper o convênio a qualquer tempo, se caso houver insatisfação em algumas das partes, desde que tenha um comunicado prévio de 30 (trinta) dias para não acontecer o mesmo que ocorreu de 2022 para 2023. Disse que precisam cada vez mais aprimorar os projetos de leis autorizados, com relação ao Hospital





Menino Jesus, com intuito de não acontecer e não chegar a mesma situação vivida no final de 2022. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Disse que teria uma emenda para ser feita no Art. 3º do Projeto de Lei, se despiu da vaidade e confessou que não conseguia chegar a uma formalização de uma emenda para tentar resolver o impasse que encontrou no projeto. Comentou que no Art. 3º, diz que fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Instituição que se dará estritamente de acordo com o plano operativo anual proposto, relatou que um equívoco na hora de enviar o plano para Casa de Lei veio com os valores diferentes do impacto financeiro. Pediu para o Cássio colocar em tela para resolver o impasse. Informou que o valor relacionado ao convênio chegaria a 12 (doze) parcelas de \$2.090.000,00 (dois milhões e noventa mil reais) e o plano proposto tem um outro valor, disse que o plano não iria para corpo do projeto, mas é mencionado e, por isso, deveria ser acertado. Pediu ajuda aos vereadores para decidirem se cabe uma proposta de emenda ou uma sugestão para que o plano seja corrigido de acordo com o impacto financeiro. Explicou se aprovado do jeito que está, teria que ser pago as 12 (doze) parcelas de \$2.330.000,00 (dois milhões, trezentos e trinta mil reais) e o certo seria \$2.090.000,00 (dois milhões e noventa mil reais). **Vereador Estevão Silva Machado:** Disse que o que vale é o que está no corpo do projeto e questionou se estaria errado em pensar dessa forma. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Explicou que o Art. 3º remete para o referente plano de trabalho que foi protocolizado em anexo ao projeto. Opinou dizendo que os vereadores teriam autonomia para acertar. **Vereador Estevão Silva Machado:** Sugeriu que a emenda que estava sendo proposta fosse uma emenda para adequação do plano de trabalho com o corpo do projeto. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Propôs uma emenda aditiva no Art. 3º que entra como parágrafo único o plano de trabalho atualizado de acordo com o impacto financeiro. Explicou que dessa forma o impacto entra no corpo do projeto e não faz menção ao plano proposto e sim ao que está no corpo. Perguntou aos vereadores a opinião sobre a referida emenda. Alegou que não tiveram tempo hábito para analisar o projeto e quando os vereadores Zé Lima e Antônio Carlos foram contra a urgência especial não era para ver de forma negativa, pois poderia ser discutido mais para frente, mas como foi aprovado a urgência especial teria que ser feito a prerrogativa. **Vereador João Bechara Neto:** Falou que existe uma boa vontade no presidente em ajustar e apreciar o projeto ainda na presente sessão. Confirmou com o presidente se a emenda aditiva no Art. 3º que fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Instituição que se dará estritamente de acordo com o plano operativo anual proposto devidamente corrigido em conformidade com o impacto orçamentário e financeiro. Disse que se dessa forma resolveria a inconsistência é só colocar uma emenda aditiva para resolver. Emenda aditiva entrou em discussão. As quatro emendas propostas pelo vereador João Bechara Neto entraram para apreciação do plenário tendo sido aprovada. Emenda aditiva proposta pelo vereador presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa entrou para apreciação do plenário tendo sido aprovada. Projeto de Lei com as emendas entrou em discussão única. **Vereador João Bechara Neto:** Agradeceu o companheirismo dos Nobres Edis de sempre tentarem solucionar as inconsistências no plenário, alegou que não tem tempo hábito e os funcionários estão trabalhando sem segurança jurídica de receber seus salários, informou que a aprovação do Projeto de Lei é de suma importância para dar condições ao executivo de realizar o repasse para que o





Instituto Vida Salus possa pagar os funcionários. Disse que espera e pede que o executivo mantenha o pagamento mensal da Instituição. Comentou que o projeto com as emendas enriqueceu, no ponto de vista de transparência e fiscalização, e que a participação do Conselho Municipal de saúde seria de suma importância, informou que nos últimos 10 (dez) anos isso nunca tinha acontecido, de chegar as prestações de contas ao Conselho. Mencionou a emenda no Art. 3º que houve a inconsistência do plano de trabalho e disse que é importante que deixasse especificado no Art. 3º que o convênio seria celebrado estritamente de acordo com o plano operativo anual proposto devidamente corrigido com o impacto orçamentário financeiro do Executivo Municipal. Citou uma dúvida que o Instituto Vida Salus sanou na semana passada da presente sessão, falou que ficou claro que para pronto socorro, maternidade e internações o valor seria de 1.460.000,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil reais) por mês, totalizando no ano 17.520.000,00 (dezesete milhões, quinhentos e vinte mil reais), para UTI 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) por mês que no ano totalizaria 3.360.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta mil reais) e para hemodiálise 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por mês, totalizando no ano em 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) que ao todo daria um total de 25.080.000,00 (vinte e cinco milhões e oitenta mil reais). Disse que torce para que o Instituto Vida Salus consiga fazer diferente de todas as outras Instituições que já passaram pelo Hospital, ressaltou que precisam de uma gestão séria que presa pela lisura transparência, controle social e ter uma ouvidoria para receber críticas, reclamações dos pacientes que são atendidos. Enfatizou que não quer receber mais na Casa de Lei que o repasse está sendo atrasado e que os serviços estão sendo prestados de qualquer forma. Informou que os funcionários precisam receber cesta básica, pois não receberam da Santa Casa o pagamento de dezembro e o 13º (décimo terceiro) salário e o Instituto não pode pagar porque não existe uma lei autorizativa que permitisse. Falou que o Projeto de Lei é relevante ter esse público, é questão de urgência e se existem inconsistência é resolvido no âmbito administrativo, fiscalizando com parceria do Conselho Municipal de Saúde. Pediu para colocar na Comissão de avaliação e fiscalização pessoas que tem amor ao próximo, pois na Secretaria de Saúde tem pessoas que não tem amor por ninguém. Novamente agradeceu o presidente pelo companheirismo de tentar resolver o problema na sessão e por ter conseguido a aprovação do projeto de forma rápida. Disse que iria cobrar o repasse da prefeitura para o Instituto e do pagamento dos funcionários. **Vereador Estevão Silva Machado:** Cumprimentou a todos. Disse que as emendas vieram para ajustar o projeto, alegou que é bom ver os vereadores preocupados e discutindo as opiniões e mesmo com alguns contras e outros favoráveis, mas é a democracia. Pediu a Instituição que começaria administrar o Hospital Menino Jesus para valorizar e que existem muitos funcionários bons e se o Hospital passou por situações difíceis não foi por conta de funcionários. Citou o nome de dois médicos que estão desde o início do funcionamento do Hospital, Manoel Moulin e Geovane, relatou que são médicos excelentes, humanos, sabem lidar com a população e como representante delas fica feliz em saber que o eleitor está satisfeito. Pediu ao Instituto que analisasse com bastante carinho esses funcionários, pois se dependesse deles o Hospital estaria bem melhor do que se encontrava. **Vereador José de Oliveira Lima:** Relembrou que votou contra a urgência e declarou que votaria contra o projeto. Explicou que o projeto chega a Casa de Lei com pedido de urgência e não é da forma como a população espera,





pois estaria falando de duas categorias, um grupo com salário atrasado, mas não é discutido sobre uma saúde de qualidade. Alegou que não tem nada contra o Instituto, mas já teria 45 (quarenta e cinco) dias de trabalho prestado e é o que teria que ser validado. Informou que quando falam em fazer uma chamada pública não é para escolher um lado. Relatou que estaria tendo um apelo muito emocional pelos salários atrasados e é sempre assim que chegam os projetos. Disse que como eles lidam com dinheiro público, quando se nega um projeto, é para poder discutir e que teve prazo hábito para resolver isso. Comentou que no processo democrático o voto dele seria vencido e teria que aceitar, mas que no projeto referido não foi discutido saúde e somente financeiro. Encerrou dizendo que espera que não aconteça novamente os atrasos no pagamento, pois o vereador Antônio Carlos citou que teria uma outra empresa terceirizada que estaria com pagamento atrasado também e que as coisas deveriam se adequar, pois estão ali para fazer o melhor para população. **Vereador Renildo Nascimento Peçanha:** Cumprimentou a todos. Discordou da fala do vereador José Lima, explicou que no projeto não fala somente sobre o financeiro, fala também sobre ampliação dos serviços e com qualidade. Comentou que quando havia falado na urgência especial e votou a favor, todos deixaram claro que é uma oportunidade para empresa mostrar qualidade de serviço e atendimento à população da melhor forma possível em cima daquilo que estaria no contrato. Alegou que a ampliação dos serviços estaria incluída nos valores citados que se refere ao mês e disse que teria também a redução de valores, onde saiu de quase \$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) em 2022 para atualmente \$2.880.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais) ao ano. Destacou que com essa mudança se precisassem poderiam fazer novos investimentos no município, como na educação, no saneamento básico e no social. Ressaltou que foi discutido sim sobre valores, mas também, sobre a qualidade e ampliação dos serviços. Informou que não podem fazer vista grossa depois que aprovado o projeto, pois no contrato passado a falha foi deles. Explicou que por mais que o município estaria devendo, a Santa Casa não teria prestado alguns serviços que estavam no contrato. Fez um pedido a empresa Vida Salus para cuidar com carinho da população com serviço de qualidade, reconhecer os funcionários que ali estão e manter o pagamento em dia, mas disse que iriam cobrar do executivo para ter a responsabilidade de fazer o repasse da melhor forma possível, se reportou ao secretário Joseli que estava presente na sessão, e pediu para que pudessem trabalhar em parceria para fazer o diferencial. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Cumprimentou a todos. Disse que votaria contra as urgências do projeto e declarou que quantas urgências vier ele seria contra. Alegou que não teria necessidade de vir urgência especial, pois tiveram tempo para resolver tudo. Relatou que passaram por momentos, em cima de emendas, que achou constrangedor. Informou que o seu voto é favorável ao projeto e explicou que com saúde não se brinca. Comentou que respeita o voto e a decisão do vereador José Lima, mas como disse o vereador Estevão é um processo democrático. Falou que se já teria de 45 à 50 dias que o Instituto estaria trabalhando, significa que já deve um mês de pagamento atrasado. Questionou se a empresa não tem recurso próprio para caminhar e se a prefeitura atrasa o repasse ela não teria para pagar. Informou que assim que o projeto for aprovado os vereadores estariam cobrando, mas a vista grossa seria para ambas as partes. Comentou que o presidente falava em discutir o financeiro e pouco se falou em qualidade de serviço, mas informou que o vereador Renildo teria complementado.





Relatou que foi mencionado em uma postagem há minutos atrás, pegou o celular e leu a publicação, onde o cidadão reclamava da qualidade e demora no atendimento do Hospital. Alegou que muitas vezes a instituição tem deixado a desejar em pequenos detalhes. Comentou que faria da fala do vereador Renildo as suas, disse para o novo grupo que estaria administrando o Hospital trabalhar com competência e amor no coração. Por fim, declarou apoio ao projeto, falou que estariam dando oportunidade a nova empresa e que não só os vereadores, mas também a população, cobriam qualidade de serviço. **Vereador Renildo Nascimento Peçanha:** Referiu sua fala ao vereador Antônio Carlos e explicou que como a empresa não tem contrato eles não poderiam fazer o repasse, informou que foi o mesmo que aconteceu com a Santa Casa no ano anterior. Disse que a empresa Vida Salus ainda teria que receber da Santa Casa quase \$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) por estarem há 8 meses sem receber na hemodiálise e 5 meses da UTI. **Vereador Lucimar Alves Soares:** Cumprimentou a todos. Alegou que ficou muito feliz em votar a favor do repasse e gostaria que estivesse votando no repasse para aqueles que estão afastados também recebessem. Informou que acredita que o atendimento teria uma melhora e pediu para que Hospital não sirva de “cabide de emprego” e sim que pessoas capacitadas fique. Relatou que antigamente o Hospital já foi referência em saúde e que hoje não poderia elogiar. Disse que estariam depositando toda confiança na empresa e que estariam de braços abertos para ajudar. Pediu ao prefeito Dr. Antônio que o Hospital não vire mais uma vez “cabide de emprego” e que coloque pessoas capacitadas para trabalhar. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Agradeceu pelo impacto financeiro, pela procuradora geral Ana Iris, disse que o impacto financeiro cita 2023, 2024 e 2025 totalizando em \$79.064.700,00 (setenta e nove milhões, sessenta e quatro mil e setecentos reais). Informou que na mensagem do projeto é citado uma economia de \$11.000.000,00 (onze milhões de reais) e que só para mostrar para o executivo municipal que a Casa de Lei teria área técnica, que existem pessoas que leem e analisam. Comentou que não sabe se seria uma qualidade ou um defeito seu, mas confessou que é fã dos números e alegou que não seria economizado \$11.000.000,00 e sim \$4.815.000,00 (quatro milhões e oitocentos e quinze mil reais), falou para não enviarem para a Casa algo mexer com o ego, pois trabalham com números reais. Comentou uma outra observação, disse que enquanto lia o item número 13, na parte onde fala sobre a quantidade de cirurgias eletivas, radiologia, mamografia, sonografia e a responsabilidade do município o fornecimento dos aparelhos, ficou preocupado por ter observado nos últimos dias a Santa Casa querendo recolher os aparelhos e como não tinha feito inventário não sabia o que era do município e o que era da empresa. Fez um questionamento sobre o município ter esses aparelhos, disse que não iria entrar no assunto afundo, só para ficar para os vereadores e para realizarem uma visita. Informou que o Conselho de Saúde relatou que a quantidade de mamografia, radiografia e radiologia teria diminuído. Confessou que sua preocupação é se o município teria equipamento para prestar esses serviços. Agradeceu o empenho de todos colegas vereadores, do corpo jurídico da Casa e dos servidores e ressaltou a fala de alguns colegas vereadores de não aguentar mais ver a população sofrendo por conta da saúde de Itapemirim, disse que com a mesma sensatez que tiveram na tramitação do projeto de lei, teria no próximo ano. Comentou que espera que o projeto chega à casa em tempo hábito para ser analisado com tempo e não submeta a situação que se encontra. Alegou que a primeira impressão que teve





da nova empresa é que ela arcaria com suas responsabilidades. Projeto com as emendas entrou em apreciação do plenário tendo sido aprovado. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Deixou um recado aos servidores do Hospital que a responsabilidade da Casa de lei teria sido cumprida, mas que iria ficar do lado de cada servidor para cobrar os seus direitos. Em seguida, finalizou agradecendo a equipe de apoio, a presença de todos e não havendo mais a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.

Paulo Sérgio de Toledo Costa
Presidente

Antônio Carlos Helvécio
Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:

